



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL
CNPJ: 46.248.837/0001-55
Praça Washington Luiz, 643 - Centro - Vargem Grande do Sul - SP
Fone: (19) 3641-9019 - Fone/Fax: (19) 3641-9035
Email: licitacao@vgsul.sp.gov.br

RESPOSTA À PEDIDO DE ESCLARECIMENTO n.º 001

Ref. Pregão Presencial nº 011/2018
Processo Administrativo nº. 014/2018
Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s)
para locação de equipamentos para a festa do milho
2018.

Trata-se de pedido de esclarecimento de edital de licitação, formulado por empresa fornecedora interessada em participar do certame, encaminhado via e-mail a este Departamento de Licitações e Compras na data 14/02/2018, no qual a referida empresa requer esclarecimentos sobre o CREA ou CAU.

Pergunta-se:

O referido Edital em seu item 1.4 da Qualificação Técnica destaca:
....

b) A licitante que apresentar proposta para os Lotes 01 (Tendas) e 02 (Palco), deverá apresentar Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome do proponente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

Solicita-se respeitosamente informação da possibilidade da apresentação da referida Certidão no momento da assinatura do Contrato ao invés da Habilitação.

Ressalta-se que a exigência de Registro ou visto no CREA para participação das licitações públicas na fase de Habilitação já foi vedada pelo Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Apesar dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA exigir para exercício da profissão que o particular possua a inscrição tanto na sua sede como nos locais em que atuar, para fins de participação nas licitações é desnecessário, de tal forma que a Corte de Contas da União veem traçando entendimento que o visto somente seria necessário no início da execução do contrato.

Resposta:

A exigência editalícia esta fundamentada no Art. 30, Inciso I da Lei 8.666/93 e da forma como esta redigida não contraria nenhuma Legislação ou Jurisprudência, devendo ser mantida.

Ressalta-se que a referida contratação será formalizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento, ou seja, a execução será imediata.

Vargem Grande do Sul, 14 de fevereiro de 2018.

Rosângela de Mello Barion
Diretora do Departamento de Licitações em Substituição